

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.377.815 - PB (2013/0097537-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS** : **FERNANDA HALIME FERNANDES GONÇALVES E OUTRO(S) -**  
PB010829  
**MARIA FERNANDA DINIZ NUNES BRASIL - PB010445**  
**RECORRIDO** : **COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE CAMPINA GRANDE**  
**ADVOGADOS** : **AMARO GONZAGA PINTO FILHO E OUTRO(S) - PB005616**  
**HUGO RIBEIRO BRAGA - PB010987**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim ementado (e-STJ, fls. 1114/1116):

PRELIMINAR. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. NULIDADE DA PERÍCIA. ALEGADA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA DAS PARTES PARA APRESENTAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO A FIM DE ACOMPANHAR A PERÍCIA. DESNECESSIDADE. ART. 431-A DO CPC. EXIGÊNCIA DESTINADA À PROVA PERICIAL DA FASE COGNITIVA. REJEIÇÃO.

- O art. 431-A do CPC é dispositivo legal aplicável ao procedimento pericial realizado na fase de conhecimento e não na liquidação de sentença, quando o feito já encontra-se julgado. Eis que esta fase processual possui regramento próprio, a partir do art. 475-A do mesmo Diploma Legal.

- Descabe a anulação da liquidação por arbitramento em face da ausência de intimação das partes para apresentar assistente técnico a fim de acompanhar a realização da perícia, uma vez que essa exigência aplica-se apenas a prova pericial da fase de conhecimento.

PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA ACOBERTADA PELA COISA JULGADA. QUESTÃO DE MÉRITO. REJEIÇÃO.

- A impossibilidade das partes, na fase de liquidação de sentença, alegarem matéria já discutida no processo de conhecimento e acobertada pela coisa julgada revela-se como questão de mérito e não preliminar.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CRÉDITO RURAL. JULGAMENTO PROCEDENTE. CONSTATAÇÃO DE QUANTIA A SER DEVOLVIDA. TRÂNSITO EM JULGADO. FASE EXECUTIVA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. PERÍCIA CONTÁBIL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE VALORES A SEREM PAGOS PELA PARTE EXEQUENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUTIR MATÉRIA ACOBERTADA PELA COISA JULGADA. MANUTENÇÃO DO DECISUM. RECURSO. DESPROVIMENTO.

- Todas as questões passíveis de serem alegadas na fase cognitiva, para o conhecimento e rejeição do pedido, inclusive as matérias de ordem pública, serão consideradas deduzidas e repelidas quando passada em julgado a sentença de mérito, sendo defeso sua arguição na fase de execução, em homenagem à segurança jurídica consagrada pela coisa julgada.

- Havendo sentença transitada em julgado proferida na fase de conhecimento que reconhece a existência de uma obrigação de pagar quantia, é defeso à parte executada alegar ser, na verdade, credor do exequente e não devedor.

- Tratando-se de irresignação acerca de excesso de execução, mormente quando versa sobre coisa julgada, é necessário que a parte agravante anexe planilha pormenorizada dos valores que entende ser pertinentes, de modo a rebater os cálculos elaborados pelo contador, ao tempo em que dá ao magistrado um parâmetro lógico para emitir seu

entendimento.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ, fls. 1169/1174).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 1180/1213), fundamentadas no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente alega, além da ocorrência de divergência jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos:

I) art. 535, II, do CPC/1973, sustentando omissão "quanto quanto aos pontos tidos 'não conclusivos' pela própria perícia judicial", "quanto às afirmações, no laudo pericial, de que houvera o estorno dos valores debitados na conta da Cooperativa", e "quanto à ausência do anexo 07 ao laudo pericial, referente ao contrato de confissão no valor de R\$9.442.674,69" (e-STJ, fls. 1187/1188).

Destaca que os pontos sobre os quais se omitiu o TJPB referem-se à perícia realizada na fase de liquidação de sentença por arbitramento, deixando de analisar as falhas periciais apontadas pelo recorrente.

II) arts. 431-A e 475-D do CPC/1973, afirmando que, para o desenlace da fase pericial já na liquidação de sentença por arbitramento, nos termos do art. 475-D, os dispositivos vinculados à prova pericial da fase de conhecimento, quais sejam, arts. 420 a 439 do CPC/1973, devem ser observados pelo órgão julgador e, ainda, que a perícia realizada na fase de liquidação de sentença por arbitramento não atendeu o que preceitua o disposto no art. 431-A.

III) arts. 473, 474 e 475-G do CPC/1973, aduzindo que em momento algum teve a pretensão de revolver a coisa julgada, pois o agravo de instrumento – interposto contra a decisão homologatória da perícia, realizada na fase de liquidação de sentença – trata das questões referentes a este laudo pericial, que por sua vez se reporta ao laudo pericial realizado na fase de conhecimento.

Afirma que, no agravo de instrumento, o Banco recorrente não busca o revolvimento de matéria transitada em julgado, mas, apenas, recorre dos pontos da decisão que homologou a perícia realizada na fase de liquidação de sentença. Afirma ainda que, na verdade, é o acórdão recorrido que viola expressamente a coisa julgada, quando parte da premissa equivocada de que o Banco recorrente seria devedor da Cooperativa recorrida, quando na sentença não houve qualquer afirmação de que o recorrente seria devedor.

Afirma ainda, que de acordo com a decisão transitada em julgado e objeto de liquidação de sentença, o Banco recorrente e a Cooperativa recorrida são credores e devedores entre si, de forma que as dívidas devem ser compensadas em fase de liquidação de sentença. Porém, o acórdão recorrido considerou o recorrente como devedor, violando a coisa julgada em inobservância aos arts. 473, 474 e 475-G todos do CPC/1973.

Assim, em momento algum se buscou violar a coisa julgada, pois ao interpor o agravo de instrumento, visou tão somente a reforma da decisão homologatória da perícia realizada na fase de liquidação de sentença, em total respeito ao que foi determinado na decisão objeto de liquidação.

Não foram apresentadas as contrarrazões.

Recurso admitido na origem (e-STJ, fls. 1296-1298).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

**Da alegada violação do art. 535, II, do CPC/1973**

O Tribunal *a quo*, quando do julgamento do agravo de instrumento, manifestou-se da seguinte forma (e-STJ, fls. 1114/1125):

Após a regular instrução processual, o juiz sentenciou o feito, embasado na perícia realizada na fase cognitiva, a qual revisou o contrato de rediscussão de dívida oriunda de crédito rural de 1993, objeto da lide, e verificou a procedência dos pedidos. Sendo assim, o magistrado sentenciante condenou o banco a devolver os valores cobrados a maior.

Na fase de execução do julgado, foi realizada liquidação por arbitramento, diante da complexidade da causa e de seu vultoso valor. A perícia contábil chegou a quantia de R\$ 10.480.651,64 (dez milhões, quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), devida à Cooperativa agravada. No entanto, por meio deste agravo o recorrente se insurge contra a decisão que homologou a perícia e rejeitou suas alegações em resposta ao laudo pericial.

Primeiramente, constato que o agravante aduziu, em preliminar, a nulidade da perícia contábil, pelo fato de não ter sido intimado da data e local deste procedimento, a fim de acompanhar as atividades do perito.

Pois bem, tratando-se de uma perícia contábil já na fase de liquidação de sentença, apenas para apurar o valor devido, a presença de assistente técnico da parte executada é mera faculdade e sua ausência não implica na nulidade da perícia, uma vez que, após sua elaboração, as partes são intimadas para emitir parecer sobre o laudo pericial, o que foi realizado conforme se observa das fls. 948 e ss. do caderno processual.

Na fase de liquidação de sentença, como visto, foi determinado, em sede de recurso, por este Tribunal, a realização da liquidação por arbitramento. Esta modalidade se dá nos casos em que for determinado pela sentença ou convencionado pelas partes, ou, ainda, o exigir a natureza do objeto da liquidação (fls. 704-711).

Tal modalidade serve à parte quando a apuração do quantum da condenação dependa da realização de perícia por arbitramento. Trata-se de trabalho técnico, normalmente entregue aos cuidados de profissional especializado em determinada área do conhecimento científico, pelo qual se vai determinar a extensão ou o valor da obrigação constituída pela sentença ilíquida.

[...]

O art. 431-A do CPC, utilizado pelo agravante como fundamento para anular o laudo pericial, é dispositivo legal aplicável ao procedimento pericial realizado na fase de conhecimento e não na liquidação de sentença, quando o feito já se encontra devidamente julgado. Eis que esta fase processual possui regramento próprio a partir do art. 475-A do mesmo Diploma Legal.

Por fim, o art. 475-D, que regula a liquidação por arbitramento, incidente na situação em tela, assevera:

[...]

Sobre o dispositivo legal não se extrai qualquer necessidade de intimação prévia do

executado a participar, junto com seu assistente, da formação do laudo pericial. Do contrário, a lei apenas impõe que, após a entrega da perícia contábil é que as partes serão intimadas para se manifestar - regra básica de hermenêutica gramatical. E só!

Desse modo, não procede a alegada nulidade da liquidação por arbitramento, uma vez que o art. 431-A do CPC não se aplica à fase de liquidação de sentença.

Rejeito, pois, a preliminar.

A agravada, por sua vez, arguiu a preliminar de não conhecimento do recurso, pois a parte agravante resumiu-se apenas a rediscutir a matéria que tem sede apenas na fase cognitiva do processo.

De fato, a recorrente levantou diversos assuntos relacionados com o mérito da causa, já discutidos na fase cognitiva, e que não possuem espaço para serem opostos na presente fase em que se discute questões afetas à execução. Portanto, e logicamente não se tratando de preliminar, deve ser desenvolvida no mérito do recurso.

Assim, rejeito então, também essa preliminar.

Passo à análise do mérito.

Em relação à pretensão meritória do banco agravante, no tocante ao suposto excesso de execução e matérias relativas ao valor da dívida, a exemplo dos estornos alegados na primeira operação de crédito rural e na segunda operação de renegociação da dívida, entendo que tais questões encontram-se superadas, não podendo mais ser apreciadas nestes autos, sob pena de desrespeito à coisa julgada (e não me disponho, concessa venha, a assumir violação constitucional qualquer, tampouco infra).

Esse instituto processual se caracteriza pela imutabilidade da decisão, não sendo, por isso, passível de reapreciação por outro Juízo ou Tribunal.

Estando a matéria acobertada pelo manto da preclusão, bem como da coisa julgada, é certo que, uma vez exercido o ato, não é possível realizá-lo novamente a pretexto de completá-lo, melhorá-lo ou acrescentá-lo.

Estando o processo já na fase executiva, mais precisamente com liquidação de sentença, não cabe rediscutir as matérias de mérito alegadas ou que deveriam ser alegadas na fase de cognição.

Nos termos dos arts. 473 e 474 do CPC, não é permitido às partes discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão. E, quando "passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido" (art. 474). Sendo assim, passado o momento de discussão da fase de conhecimento, apenas as questões que dizem respeito a execução podem ser deduzidas. Portanto, como a parte autora deu início à fase de execução, as questões discutidas pela agravante já se encontram superadas, sendo defeso seu exame nesta fase processual.

Parece-me que a parte recorrente, através do presente agravo, objetiva eternizar a entrega da prestação jurisdicional, tendo como intenção a reabertura do processo de conhecimento, incabível nessa etapa, diante do art.

475-G do Diploma Processual, segundo o qual, "é defeso, na liquidação de sentença, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou".

A fase instrutória foi desenvolvida de forma regular e baseou-se na robusta perícia contábil oficial, a qual foi devidamente acompanhada por ambas as partes do processo, tendo, ao final, sido prolatada sentença que transitou em julgado. Não pode o agravante pretender reabrir as discussões sobre a existência da dívida, sobre o que pontificou a perícia no processo de conhecimento, rediscutindo o mérito da demanda em fase de liquidação de sentença. É notório, pois, o caráter procrastinatório do presente recurso.

Ademais, em relação ao excesso de execução em si, não há nos autos vestígios suficientes que levem à conclusão de que a alegação do agravante procede, de modo que impossível a suspensão da fase executiva. Meras alegações de excesso de execução não induzem a reforma do valor. Além disso, quando menciona o excesso, o agravante não afirma qual seria a quantia que, de fato, deve à agravada; ao contrário, chega à afirmar, categoricamente, que é a parte recorrida que lhe deve mais de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Porém, se a sentença transitada em julgado já reconheceu a nulidade de várias cláusulas

processuais e a prática de anatocismo por parte do banco, é óbvio que este é quem deve restituir a quantia que cobrou a maior.

Desse modo, é defeso que a parte executada rediscuta o mérito de matéria que já restou pacificada.

Tratando-se de irresignação acerca de excesso de execução, mormente quando já operada a coisa julgada, é necessário que a parte agravante anexe planilha pormenorizada dos valores que entende ser pertinentes, de modo a rebater os cálculos elaborados pelo contador, ao tempo em que dá ao Magistrado um parâmetro lógico para emitir seu entendimento, o que não foi feito no caso em tela, visto que, sob o argumento de excesso de execução, o suplicante apenas alega que nada deve, sendo credor da parte agravada e não devedor.

Assim, os cálculos elaborados pelo contador estão em perfeita sintonia com a norma regulamentadora, não havendo que se falar em enriquecimento ilícito, bem porque, a sentença proferida na fase de conhecimento reconheceu a existência de pagamento a mais por parte da Cooperativa agravada, de modo que a instituição bancária não tinha mais valores a receber, e sim a restituir quantia recebida a maior.

Saliente-se que a agravante não apresentou qualquer planilha, de modo a proceder-se a uma comparação entre os cálculos por ela apresentados e os do perito. Limitou-se a apresentar planilha unilateral na própria petição do recurso, despida de qualquer documento hábil a alicerçar sua pretensão, deixando, assim, de cumprir a regra do art. 333, inciso II, do CPC.

Portanto, não se pode dar provimento ao agravo se, por um lado, ocorreu o instituto da coisa julgada, e, por outro, a parte agravante não provou, sequer, o excesso de execução alegado, razão de invocar o brocardo latino *actor venire debet instruction quam reo*, ou seja, o autor tem que comparecer em Juízo com mais provas que o réu.

Ocorre que, no caso em questão, o recorrente resumiu-se, apenas, a contestar o valor e formar planilhas unilaterais com valores que entende serem devidos pela recorrida em confronto com o que já fora esclarecido na sentença que encerrou a fase de conhecimento. Portanto, a imutabilidade e a presunção de verdade da decisão não permite à parte rediscuti-la novamente, devendo cumprir a rigor o que foi decidido no primeiro grau de jurisdição.

[...]

Ressalto, ainda, que as provas dos autos demonstram que o suplicante tenta tão só rediscutir os parâmetros estabelecidos no processo de execução, na medida em que a sentença da fase cognitiva já declarou que o banco agravante deve à cooperativa agravada (an debeat), de modo que, na fase de liquidação, cumpre discutir apenas o quantum debeat. Sendo assim, não pode a instituição financeira recorrente alegar que, em verdade, é a recorrida que lhe deve.

[...]

A sentença proferida na fase cognitiva, anexada às fls. 466-473 deste agravo, concluiu que "as provas colacionadas aos autos denotam que houve a cobrança abusiva e extorsiva por parte do promovido" (agravante) "com relação ao contrato de renegociação da dívida, motivo pelo qual o excesso apresentado deverá ser expurgado, de igual modo, as cláusulas contratuais que permitiram a cobrança além dos percentuais permitidos em lei deverão ser nulas e amoldadas aos ditames legais".

Sendo assim, reconhecendo a sentença que existe valor a pagar pelo banco, não pode este, na fase de execução, alegar que é a parte exequente quem lhe deve a quantia superior a quatro milhões de reais.

Portanto, diante do quadro exposto acima, não constato a relevância dos fundamentos recursais, pois não há nulidade na liquidação por arbitramento, uma vez que inexistia determinação legal para nomeação de assistente técnico do executado para acompanhar a perícia, e as questões de mérito, controversas no feito, deixaram de sê-la, quando do trânsito em julgado da sentença.

Ante o exposto, rejeito as preliminares e, no mérito, nego provimento ao agravo de instrumento, consequentemente revogando a decisão que exarei às fls. 1016-1018, suprarreferida.

Em todos esse contexto decisório, verifica-se que a matéria controvertida foi devidamente enfrentada e solucionada, ainda que contrariamente aos interesses da parte, não tendo Tribunal de origem incorrido em omissão, contradição ou obscuridade.

Logo, quanto à alegada afronta ao art. 535 do CPC/1973, não assiste razão à parte recorrente.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotar fundamentação contrária à pretensão da recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. O acórdão tratou de forma clara a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, para a solução adotada para o desfecho da lide. Apenas não foi ao encontro da pretensão do recorrente, o que está longe de significar negativa de prestação jurisdicional.

(...)

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 535.761/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/3/2016, DJe 15/3/2016.)

### **Da alegada violação dos arts. 431-A, 473, 474, 475-D e 475-D todos do CPC/1973**

O Tribunal de origem, ao tratar da questão suscitada, destacou o seguinte (e-STJ, fl. 1119 - destaque original):

O art. 431-A do CPC, utilizado pelo agravante como fundamento para anular o laudo pericial, é **dispositivo legal aplicável ao procedimento pericial realizado na fase de conhecimento** e não na liquidação de sentença, quando o feito já se encontra devidamente julgado. Eis que esta fase processual possui regramento próprio a partir do art. 475-A do mesmo Diploma Legal.

Em relação ao art. 475-D do CPC, que regula a liquidação por arbitramento, o Tribunal esclareceu que, nos termos do referido dispositivo, não há qualquer necessidade de intimação prévia para que o executado possa se manifestar, mas apenas impõe que, apresentado o laudo pericial, as partes poderão se manifestar no prazo de 10 dias, sendo certo que, se houver necessidade, o Juiz poderá designar audiência para então proferir sua decisão.

Já em relação aos arts. 473, 474 e 475-G todos do CPC/1973, o Tribunal deixou claro não ser permitida, na fase de execução, a discussão de questões já decididas na fase de conhecimento, sendo defeso, na liquidação de sentença, discutir novamente ou modificar a sentença que a julgou.

Vale destacar o seguinte trecho do julgado (e-STJ, fl. 1121):

A fase instrutória foi desenvolvida de forma regular e baseou-se na robusta perícia contábil oficial, a qual foi devidamente acompanhada por ambas as partes do processo, tendo, ao final, sido prolatada sentença que transitou em julgado. Não pode o agravante pretender reabrir as discussões sobre a existência da dívida, sobre o que pontificou a perícia no processo de conhecimento, rediscutindo o mérito da demanda em fase de liquidação de sentença.

Nota-se que o recorrente não trouxe argumentos capazes de infirmar a fundamentação do acórdão recorrido, o que atrai o óbice da Súmula n. 284/STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMANDO CAPAZ DE INFIRMAR O ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. DESNECESSIDADE DE PROVA DO NÃO-REPASSE DO ENCARGO. ART. 166 DO CTN.

1. Não pode ser conhecido pela alínea a o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido (Súmula 284/STF).

[...]

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido.

(REsp 654.223/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/9/2006, DJ 5/10/2006, p. 240.)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REINTEGRAÇÃO. PROCESSO DISCIPLINAR. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. JUSTIÇA GRATUITA. DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS SEM COMANDO SUFICIENTE PARA INFIRMAR AS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N. 284/STF.

[...]

2. Os dispositivos invocados nas razões de recurso especial não contêm comandos normativos capazes de alterar as conclusões do Tribunal de origem, atraindo a incidência da Súmula n. 284 do Pretório Excelso.

3. O prazo para propositura de ação de reintegração de Policial Militar é de 5 (cinco) anos, a contar do ato de exclusão ou licenciamento, nos termos do Decreto n. 20.910/32, mesmo na hipótese de ato nulo ou de verbas alimentares. Precedentes.

[...]

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 366.866/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/11/2013, DJe 12/11/2013.)

### **Do dissídio jurisprudencial**

O conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, bem como a demonstração do dissídio mediante o cotejo analítico dos acórdãos recorridos e paradigmas, ônus dos quais o recorrente não se desincumbiu.

Desse modo, incide no ponto a Súmula n. 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DESPESAS REALIZADAS EM HOSPITAL NÃO CREDENCIADO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além da demonstração analítica do dissídio jurisprudencial, a indicação dos dispositivos supostamente violados ou objeto de interpretação divergente. Súmula 284 do STF.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.024.730/PB, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 21/8/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ERRO MÉDICO. DANO MORAL. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO.

(...)

3. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos arestos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas sem o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.562.730/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/4/2016, DJe 12/4/2016.)

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator